

A PADRONIZAÇÃO DO SER HUMANO EM ALGUMAS NOTAS: Uma perspectiva filosófica

Grigorio Duarte Neto¹
Fábio Liborio Rocha²

RESUMO: Para a Filosofia, com base no Inatismo, os seres humanos são categorizados como indivíduos que já nascem com características, seja o conhecimento ou outros, seja modos de ser e de viver; já com base no Empirismo (de Locke, predominantemente), nasce como uma tábula-rasa, cabendo ao mundo e às experiências externas o preenchimento desta. Para a Psicologia, os anteparos ora genéticos (com predominância das ciências naturais) ora sociais ou ambientais (com predominância das ciências humanas e sociais) imprimem as características que, outrossim, a Filosofia por meio das correntes aqui expostas já explicou de alguma forma. Assim, procuramos trabalhar conforme conceitos de normalidade e anormalidade pela ótica interdisciplinar destas duas áreas do conhecimento humano, podendo pesquisar bibliografias de contrapontos introdutórios que conduzem o leitor à dúvida muito mais que ao achado de respostas.

Palavras-chave: Filosofia. Psicologia. Inatismo. Empirismo. Normalidade.

ABSTRACT: For Philosophy, based on innateness, humans are categorized as individuals who are born with characteristics either the knowledge or the other, either ways of being and living; already based on empiricism (Locke, predominantly), born as a tabula rasa, leaving the world and outer experiences filling this. For Psychology, bulkheads sometimes genetic (with a predominance of natural sciences) sometimes social or environmental (predominantly of the humanities and social sciences) prints the features, moreover, Philosophy through the currents presented here has explained somehow. So we try to work as concepts of normality and abnormality by the interdisciplinary perspective of these two areas of human knowledge and can search bibliographies of introductory counterpoints that lead the reader to doubt much more than finding the answers.

Keywords: Philosophy. Psychology. Innateness. Empiricism. Normal.

INTRODUÇÃO

Quando nos reportamos a certas familiaridades de fatos e conceitos, as coisas ficam mais fáceis de resolver de forma epistemológica que, no conjunto das concepções teóricas em Filosofia, um enquadramento que categorize o ser humano em normal e anormal, moral e imoral, sempre seria digno de uma colocação tópica de

¹Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: grigoriopedagogo@gmail.com

²Pós-doutorando em Psicologia Clínica, com orientação da Dr^a Daniela Scheinkman Chatelard, junto ao Laboratório de Psicanálise e Processos de Subjetivação no departamento de Psicologia da Universidade de Brasília.

mais concisão no campo das ciências humanas e sociais e das ciências naturais, além de fornecer ao leitor a iniciação mínima para formulação de novos questionamentos no campo da Filosofia. O trabalho ora desenvolvido é resultado de reflexões mais sistemáticas de estudantes de Psicologia na Universidade Federal do Maranhão, turma 2013.2 (como é organizada numericamente as turmas) que se deram no âmbito da sala de aula e de outros espaços educativos sobre aquilo que se pode dizer padronizada, caracterizada, classificada como correto ou incorreto neste campo de estudos, mesmo que se constitua uma forma até mesmo perigosa de pensarmos estes conceitos, tendendo à naturalização ou ao extremismo, é o estudo sobre o homem com todas historicidades e localidades mais precisas na sociedade. Para isso, devemos nos reportar a correntes filosóficas já conhecidas por parte dos estudantes e que servem de amparo para uma reflexão metódica.

Nestes termos, busca-se não cair no “politicamente correto”, a fim de desmembrar este estado de coisas que mais encobre certos paradigmas notórios do que demonstram os interesses reais das classes majoritárias e de minorias étnicas, de gênero, pessoas com deficiência (PCDs) etc. A fim de que a reflexão seja mais proveitosa, buscamos referencial em Freud (na Psicanálise), em Locke (empirismo) e Descartes (com sua doutrina das ideias inatas), segundo Schultz & Schultz (2005), para que os futuros psicólogos não emitam juízos de valor precipitado sobre qualquer assunto que lhe diga respeito, constituindo um conjunto de preocupações éticas e profissionais. Assim, o psicólogo em formação, deve atentar a certas questões filosóficas, ouvindo com mais cuidado atenciosamente cada caso, em particular, mas sem desvincular o indivíduo de um contexto social mais amplo. Deste modo, afirmamos que apesar do clássico livro de Schultz & Schultz (2005) ser reeditado no Brasil com assiduidade, consideramos sua visão sobre a psicanálise já ultrapassada, na medida em que o Freud.

ALGUMAS IDEIAS-CHAVE NA FILOSOFIA E NA PSICOLOGIA

A possibilidade de que algo esteja imerso em um conjunto padronizado de características é por si só mensurável. Porém, mais qualitativamente do que quantitativamente. Podemos começar dizendo que, um elemento é ou não enquadrado, não conforme uma norma única, mas com base em um conjunto de

normas, que podem conduzi-lo ao individualismo exacerbado, citando a Modernidade de Locke, temos o seguinte:

Em oposição ao mundo pré-moderno, cujas atenções estavam centradas na polis grega e posteriormente na Igreja da Idade Média, a “dessacralização” representa o marco da passagem para a Modernidade e caracteriza uma ruptura brusca no curso da história da humanidade, em todos os seus âmbitos. Assim, pode-se falar numa quebra de paradigma, uma vez que o conjunto de concepções que limitavam e ordenavam o pensamento até então vigente foi completamente modificado a partir do século XVI. (Mundo Jurídico Advogados, pág. 1).

Vejamos que o enigma da Modernidade trouxe uma visão de homem composta pelo elemento da subjetividade (já em crise), visto que, mesmo tentando concertar o que se fez durante o período teocêntrico, no segundo período antropocêntrico (Humanismo), o homem, apesar de ser centro de preocupações não conseguiu e, talvez, não conseguirá obter respostas satisfatórias acerca de sua essência, mas poderá viver sua existência. Assim, paradigma, neste estudo, está sendo entendido como o conjunto de formas de pensar a humanidade através de atributos grupais e individuais que podem ou não prejudicar ou favorecer a convivência dos sujeitos, sendo que, são impostas mudanças no curso do pensar e do agir dentro de um determinado paradigma filosófico, que pode gerar concepções filosóficas gerais ou parciais as respeito da realidade do empirismo. Por todos os lados, em todos os âmbitos, há uma tentativa contínua, mesmo tendo uma descontinuidade imposta no âmbito da racionalidade prática da ética e do direito, segundo Santos (1988, p. 3-10), quando esclarece:

“O projeto sociocultural da humanidade é um projeto muito rico, capaz de infinitas possibilidades e, como tal, muito complexo e sujeito a desenvolvimentos contraditórios. Assenta em dois pilares fundamentais e complexos, o pilar da regulação e o pilar da emancipação, cada um constituído por três princípios. O pilar da regulação é constituído pelo princípio do estado, cuja articulação se deve principalmente a Hobbes; pelo princípio do mercado dominante sobretudo na obra de Locke; e pelo princípio da comunidade, cuja formulação domina toda a filosofia de Rousseau. O pilar da emancipação é constituído por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura, a *racionalidade moral-prática*³ da ética e do direito, e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. Como em qualquer

³ Grifo nosso.

outra construção, estes dois pilares e seus respectivos princípios ou lógicas estão ligados por cálculos de correspondência. [...] A racionalidade moral-prática liga-se preferencialmente ao princípio do estado na medida em que a este compete definir e fazer cumprir um mínimo ético para o que é dotado do monopólio da produção e da distribuição do direito [...]”.(SANTOS, 1988: p. 3-10).

Esses pilares, de regulação e de emancipação, conduzem a uma sorte de complexidades sobre o binômio indivíduo-sociedade, o que nos possibilita saber que não há um isolamento daquele que está recebendo um determinado rótulo ou característica dentro de um grupo. Para o empirista inglês, o natural do Ser é a natureza da Educação, que faria dele um homem naturalmente bom, porque pedagogicamente se constrói uma civilização, fenômeno natural apenas no homem. Como exemplo, temos os indígenas e os camponeses, que mais são categorizados dentro de uma cultura que se julga distante dos ritmos da cultura do homem urbano-industrial, do que se integram no conjunto de padrões esperados, na maioria das vezes. As pessoas estão sempre envoltas em grupos, mesmo estando solitárias, pois o bebê humano é diferente dos animais por ser produto e produtor de cultura (esta, no sentido de transformação de padrões culturais).

Estes grupos elegem determinadas formas como “*corretas*” ou como normais (no sentido de que estão de acordo com a norma estatística e/ou social). Se elegermos o critério jurídico como pressuposto para a normalidade, uma pessoa que comete uma infração de trânsito e ninguém a vê é normal, ao passo que se um guarda municipal de trânsito a ver, será taxado como estando “*fora da norma jurídica*”. A normalidade e a anormalidade não possui um conceito rigidamente preciso, mas contextual, de acordo com a situação que está sendo discutida, como afirmou o orientador de tese de Michel Foucault, Canguilhem (1990, p.21):

“A doença difere da saúde, o patológico do normal, como uma qualidade difere de outra, quer pela presença ou ausência de um princípio definido, quer pela reestruturação da totalidade orgânica. Essa heterogeneidade dos estados normal e patológico ainda é compreensível na concepção naturista que pouco espera da intervenção humana para a restauração do normal. A natureza encontraria os meios para a cura”. (Canguilhem, 1990: p.21)

Assim, filosoficamente, podemos concebê-la mais no âmbito da linguagem do que sendo um objeto de natureza epistemológica. Podemos discutir, dialogicamente, a respeito de um dado “*correto*” ou “*incorreto*”, “*normal*” ou “*anormal*”, “*moral*” ou

“*imoral*”, mas não podemos chegar a uma verdade empirista a cerca disso. No Empirismo, a experiência sensível é fundamental, como intitula Cotrim em seu livro *Fundamentos de Filosofia: História e Grandes Temas*:

A Filosofia cartesiana provocou a reação dos empiristas modernos, que argumentaram contra a tese da existência de ideias inatas. [...] o empirismo defende que o processo de conhecimento depende da *experiência sensível* (grifos do autor), pelo menos como ponto de partida. (COTRIM, 2010, p. 148).

O importante aqui é que, pela importância que tem estes estudos no âmbito da Filosofia, muitas áreas do conhecimento expandem reservas quanto à adoção de uma concepção em detrimento da outra. O pior é que, *sui generis*, o resultado disso é uma sorte de ideias pré-concebidas enxertadas na vivência dos homens, tanto nas áreas naturais como nas sociais, pelo fato de, não se adotar de forma global na atualidade posturas que se dizem extremistas. Exemplo disso são as problematizações: o homem já traz conhecimento consigo (inatismo) ou nasce como uma tabula rasa (empirismo). E, apesar de todo o esforço da Filosofia em reconhecer essas concepções, que, de certa forma, embasam os trabalhos dos cientistas, o saber não tem chegado a conclusões em que seu verdadeiro objeto, o Ser, e seu verdadeiro objetivo, o bem, conforme nos relata Rampazzo (2013, p. 25).

COLOCANDO EM QUESTÃO A NORMALIDADE E A ANORMALIDADE

Conceitos nem sempre são interpostos com base em fatos, mas uma série de interesses pode compor o conjunto de teses que muitas vezes se aproximam de silogismos e de tautologias, como temos em Edmund Husserl, logo em seguida:

“[...] apenas a natureza pode ser tratada por si como um mundo fechado, só a Ciência Natural pode, com uma coerência sem quebras, abstrair de tudo o que é espiritual e investigar a natureza puramente como natureza.” (HUSSERL, 2006, p. 14)

Vimos aqui, que ciência trata de ciência, religião trata de religião, ciência natural com causas e fatos naturais, ao passo que ciências humanas, conduzem aos fatos e fenômenos humanos. Assim, cada área do saber e do conhecimento vai criar uma vocação própria àquilo que conduz ao padrão ou à norma, seja como perspectiva estatística, clínica, sociológica, médico-legal, criminológica, constitucional ou

teleológica do que seja normal ou anormal, como nos ensina Ballone *apud* Sá (2010, p. 63).

Ainda em Sá, temos que muitos autores consideram a normalidade em quatro vertentes. Sendo elas:

1. Normalidade como saúde – consideram que os sinais e os sintomas que estejam em “desajuste” com o que é comum (ou normal), demonstrando que há algo de errado (ou que é anormal). Desta feita, é a falta de sinais e sintomas que indica um organismo saudável ou “normal”.
2. Normalidade como utopia – baseia-se em uma conjunção harmoniosa e plena do sistema nervoso, de forma a funcionar de maneira excelente. Essa concepção é derivada de vertentes da Psiquiatria e da Psicanálise que tratam da pessoa ideal ou do tratamento mais eficaz, ou seja, algo sobre o que é possível teorizar, mas inconcebível em nosso entendimento.
3. Normalidade como média – fundamentada na estatística dos estudos normativos do comportamento, na qual traços da personalidade são entendidos como um meio de medida padronizada, como se define no psicodiagnóstico.
4. Normalidade como processo – vê o comportamento como relacionado a situações ou a fases de desenvolvimento da personalidade. A temporalidade, nesse caso, sendo essencial para a definição completa de normalidade.

O homem normal, no que depreende desse conjunto de conceitos é aquele que consegue desfrutar o acesso à realidade tal como se apresenta a ele. Cabe aqui, repensar, de que forma essa dada realidade se apresenta (daí vem os princípios filosóficos do inatismo e do empirismo, como forma de mediação para explanar essa realidade tanto no âmbito social, coletivo quanto no individual e subjetivo). Daí a possibilidade de surgirem muitas linhas de pensamento na área de saúde mental, mormente em Psicologia, que é nosso interesse no momento. Outro grupo de autores, segundo Ballone *apud* Sá (2010, p. 64, 65), determina três critérios (o estatístico, o valorativo e o intuitivo) para definição da normalidade do ser humano, como segue:

1. Critério estatístico

Pelo critério estatístico, normal seria o mais frequente (*sic!*) numericamente, aquilo que é compatível com a maioria. [...].O critério estatístico deve servir para destacar da população o não habitual, o diferente ou o não normal e, isoladamente, isso não é

suficiente para autorizar, declarar esse incomum como doença. O próprio sistema cultural vigente se incumbem de argüir (*sic!*) os comportamentos que excedem os limites da suposta faixa de normalidade e os pensamentos que escapam de uma pretendida faixa de coerência e realismo.

2. Critério valorativo

Um dos traços peculiares do ser humano talvez seja o desejo de ser diferente e destacar-se dos demais, sobressair-se da média. Considerando-se essa perspectiva da natureza humana de forma absoluta e isolada, podemos entendê-la como uma flagrante contradição ao primeiro critério, o estatístico. [...] No critério valorativo interessa o valor que a sociedade atribui à maneira de o indivíduo existir. Enquanto o critério estatístico utiliza termos tais como, *incomum, infrequente (sic!), desproporcional, raro, fora do comum* ou *diferente*, no critério valorativo os adjetivos serão outros. Esses termos dizem mais respeito à qualidade que à quantidade: *mórbido, nocivo, indesejável, prejudicial, degenerado, deficiente, sofrível, cruel, irracional, desadaptado* e assim por diante. [...].

3. Critério intuitivo

[...] Trata-se de uma inspiração alicerçada nas experiências e conhecimentos prévios, que nem sempre se encontram à disposição imediata da consciência, mas são mobilizados sem serem percebidos racionalmente por quem os utiliza. Em todas as áreas da atividade humana a intuição é utilizada. [...]. (SÁ, 2010, p. 64, 65).

Há, no todo, em torno do problema da normalidade *versus* anormalidade um grande descompasso em relação ao conceito, uma vez que, pela quantidade de perspectivas e de critérios com que é analisada, sempre deixará a questão para abordagens mais interdisciplinares e situacionais tanto no âmbito da técnica quanto no da ciência, retornando aqui ao dizer de Boaventura de Sousa Santos, a respeito da racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. Ao recordar essa racionalidade, é demonstrado o valor que possui a ciência no que tange à compreensão dos fatos para que ocorra a ação longitudinal ou imediata a respeito destes. Desta forma, para que possamos explicar melhor, com uma riqueza de detalhes e de forma mais especializada o termo normalidade, recorreremos ao dicionário de Psicologia de Stratton & Hayes:

Normalidade – Em geral, um estado considerado como não extraordinário: o posto de *anormal*. Na tentativa de identificar o comportamento normal e anormal para fins de classificação psicológica, três abordagens alternativas são frequentemente (*sic!*) apontadas. Na primeira, a anormalidade é assumida quando o comportamento é aceito como usual ou de ocorrência freqüente (*sic!*). O comportamento anormal passa, então, a ser considerado como comportamento que é incomum ou pelo menos admitido como não freqüente (*sic!*). (Em alguns casos, como a ‘visão’ imaginada da morte

de um parente, a experiência pode ser realmente muito comum, embora não abertamente reconhecida.) Um (*sic!*) segunda definição de comportamento normal considera-o assim aquele comportamento que se conforma às normas ou às demandas sociais aceitas. Neste caso, o consenso social torna-se um importante fator nas decisões concernentes à normalidade ou à anormalidade. A terceira abordagem concentra-se no comportamento estatisticamente comum, independente de consenso. Esta abordagem se assenta nos pressupostos da *distribuição normal*, de Gauss. Nessa perspectiva, o problema aqui é que as pessoas estatisticamente incomuns, mesmo numa direção altamente valorizada, como é o caso de pessoas de QI extremamente alto, são também definidas como anormal. (STRATTON & HAYES, 2009, p. 161).

O dicionário é sempre uma das formas de se obter resultados lógicos em termos de conceitos. Desta forma, o Dicionário de Psicologia, de Stratton e Hayes, remete a resultados explicativos sobre a entrada que está sendo investigada. Podemos discernir também que a normalidade e a anormalidade enquanto padrões esperados de determinado indivíduo sempre está carregando consigo as concepções subjacentes a visões impressas e carregadas de ídolos (os ídolos de Bacon), mas podem ser situados conforme o que se necessita no momento da investigação, do lançamento de posteriores perguntas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perguntas movem as motivações pela procura de conhecimento, sendo que aqui não estamos aderindo ora ao inatismo ora ao empirismo para explicar estas questões, mas tentando compreender a forma que estas conceituações se dão no bojo das concepções apresentadas. Deixando uma reflexão a mais no entendimento dos discentes do Curso de Psicologia e de outras áreas da Saúde Mental, no que concerne ao uso ou não de certos termos que expressam tais concepções. Com efeito, se em Locke o Ser é uma página em branco, em Freud a lei científica não funda o desejo, postulados quais colocam os dois pensadores em um patamar de similaridade epistêmica. No discurso das ciências, homem perdeu as suas qualidades para equiparar o gênero humano, senão destoaria muito para uma aceitação epistêmica em sentido “universal”. Assim, a ciência cala sexualidade, pois pensando que o sujeito é o único objeto que se avalia pela razão, sendo sujeito não mais objeto como a metafísica, cria um axioma em devir.

REFERÊNCIAS

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2010.

HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Coleção Textos Clássicos de Filosofia. Trad. Pedro M. S. Alves. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

MUNDO JURÍDICO. Disponível em:
<http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=895> Acesso em 26 de maio, 2014.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. 7. ed. Edições Loyola, 2013.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão; **VALLE**, Bertha de Borja Reis do; **DELOU**, Cristina Maria Carvalho; *et all.* *Introdução à psicopedagogia*. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A. , 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. A transição paradigmática: da regulação a emancipação. In: *Oficina do Centro de Estudos Sociais*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991.

SCHULTZ, D.P. & SCHULTZ, S. E. História da psicologia moderna. São Paulo: Pioneira & Thomsom Learning, 2005.

STRATTON, Peter; **HAYES**, Nicky. *Dicionário de psicologia*. Trad. Esméria Rovai. São Paulo: Cengage Learning, 2009.